



GT 26. Cosmo-socio-morfologias ameríndias: entre comparação, contrastes e invenção

Coordenador(es):

Paulo Roberto Homem de Góes (Jeriva Socioambiental)

Aline Fonseca Lubel (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1

Debatedor/a: Diogenes Egidio Cariaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Nicole Soares Pinto (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Há quase duas décadas Viveiros de Castro propunha que "seria tempo de se tentar uma análise comparativa das morfologias e processos supralocais na Amazônia, que dispusesse lado a lado os "conjuntos multicomunitários" yanomam, os "grupos" e "aglomerações" trio, os madiha kulina, os itso'fha piaroa, os "nexos endógamos" jívaro, os "subgrupos" parakanã ou wari', e assim por diante" (2002, p. 105). Desde então, muitas pesquisas acerca das sociomorfologias ameríndias, na Amazônia e alhures, vem sendo produzidas, porém, a ambição comparativa da etnologia parece não ter acompanhado o desenvolvimento etnográfico com o mesmo vigor. O objetivo do presente GT é debater a comparação enquanto método etnológico e, para tanto, convidamos pesquisadores a dialogar sobre formas ameríndias de "invenção do social": sua produção de coletivos e territórios (atuais e virtuais), com enfoque seja em relações interaldeãs e interétnicas, seja em relações interespecíficas, seja, ainda, na mútua pressuposição de tais relações. Buscamos, portanto, promover debates a partir de etnografias, de trabalhos etnohistóricos, de arqueologia, da linguística ou do próprio conceito de comparação no sentido de renovar as articulações que compõem a agenda da etnologia e de (re)apropriar interpretações das invenções ameríndias do social.

Terra e Guerra no Complexo do Marico

Autoria: Nicole Soares Pinto (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Investigo etnograficamente mortes recentes entre os povos indígenas do Complexo do Marico (rio Guaporé, Amazônia meridional), cuja consequência é uma espécie de toxicidade anímica altamente saturada dos lugares, bem como a transformação nos modos de vingança e enlutamento. Trata-se de um registro, ainda inicial, da guerra indígena tal como se atualiza em contextos de cerco e deslocamento territorial causados por não-indígenas. A intenção é conectar a reorganização socio-territorial historicamente realizada por tais povos ao registro xamânico da guerra, código importante das transformações e catástrofes enfrentadas. Procuo explicitar três aspectos: a) a dificuldade de realização dos ritos de luto e pós-homicídio, advinda da extinção de refúgios (produzida por invasões e cercamentos territoriais não indígenas), condição para que a vingança possa se efetivar sem drásticas e generalizadas consequências ; b) a procura pela justiça não indígena de modo a evitar a vingança nos moldes tradicionais ; c) a emergência da sobrenatureza como fato etnográfico incontestado, apontando à complexidade embutida no fato de que vingar um parente é ao mesmo tempo fazê-lo não genealógicamente. Este último aspecto versa sobre o fato de que o desenredamento entre parente e espécie, como quer Haraway (2016), dever-se, na experiência dos meus interlocutores, ao equívoco ontológico/sobrenatural ? perspectivístico ? que o sustenta. Destes aspectos, procuro extrair uma imagem diferida da guerra inscrita nas teorias que enfatizam sua positividade, não por discordância, mas por



desconfiar que as transformações da relação entre terra e guerra apresentadas por meus interlocutores nos remetem a complexidades ainda não suficientemente interpretadas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: